



**Estado do Amazonas**  
**TRIBUNAL DE CONTAS**

Pág. 1

**ACÓRDÃO Nº 134/2015 – TCE –TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE nº 1531/2014 (02 volumes).**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Serviço de Pronto Atendimento - SPA – Zona Sul.
- 4- **Exercício:** 2013.
- 5- **Responsável:** Sra. Lucia Maria da Silva Ramos, Diretora do SPA.
- 6- **Unidade Técnica:** DICAD/AM – Relatório Conclusivo nº 76/2014 (fls. 234/254).
- 7- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 18/2015-MP-ELCM, da Dra. Elizângela Lima Costa Marinho, Procuradora de Contas (fls. 256/259).
- 8- **Relator:** Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro.

**EMENTA:** Prestação de Contas. SPA – Zona Sul, exercício 2013.

*Regular com ressalvas. Recomendação à atual Administração. Recomendação ao Controlador-Gera do Estado e à Comissão do TCE. Quitação aos responsáveis.*

**9- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em sessão Plenária, no exercício da competência atribuída pelo art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c os arts. 1º, II, 2º, 4º e 5º, I, da Lei nº 2423/96 e arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de **julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas do SPA Zona Sul, sob a responsabilidade da Sra. Lúcia Maria da Silva Ramos, nos termos do art. 71, II, c/c o art. 75 da Constituição Federal, art. 1º, II, c/c art. 22, II, da Lei Estadual nº 2423/96, e art. 188, §1º, II, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM;

**9.1- Recomendar à atual Administração** e as vindouras da Unidade de Saúde – SPA Zona Sul, no sentido de que sejam observadas e cumpridas com rigor às determinações contidas nos dispositivos legais subscritos:

**9.1.1-** Que a Unidade Gestora tome providências para cobrar da CGE a emissão do Relatório e Certificado de Auditoria com o Parecer do dirigente do Órgão de Controle Interno junto à prestação de contas, consoante o que prescreve o inciso III, do art. 10, da Lei Orgânica do TCE/AM – Lei Estadual nº 2.423/96;

**9.1.2-** O lançamento de informes dos Editais de Licitações em PDF pela Unidade Gestora ao Tribunal, via sistema e-Contas no campo Anexo da Licitação, nos futuros exercícios a serem fiscalizados por este Tribunal;

**9.1.3-** O lançamento de informes dos Termos de Contrato em PDF pela Unidade Gestora ao Tribunal, via sistema e-Contas no campo Anexo do Contrato, nos futuros exercícios a serem fiscalizados por este Tribunal;

**9.1.4-** O Lançamento de informes em PDF, via sistema e-Contas, do número de autorização das compras geradas através do e.Compras.am – SEFAZ, pela Unidade Gestora ao Tribunal, nos futuros exercícios a serem fiscalizados por este Tribunal;



**Estado do Amazonas**  
**TRIBUNAL DE CONTAS**

Pág. 2

**ACÓRDÃO Nº 134/2015 – TCE –TRIBUNAL PLENO**

**9.1.5-** Que se preencha corretamente o Inventário do Material Permanente da Unidade em destaque;

**9.1.6-** Que este Tribunal promova treinamento disponibilizando Manual sobre o sistema e-Contas, através do Suporte deste Tribunal a todos os seus jurisdicionados na capital, como forma de contribuição importante no aperfeiçoamento e necessidade de promover maior agilidade, segurança, eficiência e economia nas informações e, principalmente, transparências nas informações prestadas pelos jurisdicionados;

**9.1.7-** Que a Administração do SPA Zona Sul execute um planejamento prévio, ao término de cada exercício, para as suas aquisições de compras de medicamentos, laboratorial, hospitalar, serviços de limpeza, serviços de manutenção e conservação de bens imóveis, aquisição de material de expediente e outros de extrema necessidade ao funcionamento das atividades da área meio e fim da referida Casa de Saúde, de modo a evitar a realização de despesas que possam caracterizar fracionamento;

**9.2- Recomendar,** também, ao Controlador-Geral do Estado, Sr. Leopoldo Perez envidar total esforço para que se cumpra os seus objetivos institucionais pelo que prescreve o inciso VIII, do art. 4º, da Lei Delegada nº 71, de 18/05/2007;

**9.3- Recomendar,** ainda, às Comissões vindouras deste Tribunal, determinadas à procederem inspeções ordinárias “in loco” ou analíticas via sistema e-Contas na Unidade de Saúde em epígrafe, em exercícios futuros, para que observem se há reincidência nas restrições;

**9.4- Dar quitação à responsável,** nos termos do art. 24, da Lei Estadual nº 2423/96, c/c art. 189, II, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM.

**10- Ata:** 7ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**11- Data da Sessão:** 04 de março de 2015.

**12- Especificação do quorum:** Conselheiros: Josué Cláudio de Souza Filho (Presidente), Julio Cabral, Raimundo José Michiles, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

**13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal:** Sr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador-Geral.

**JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO**  
Conselheiro-Presidente

**JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO**  
Conselheiro-Relator

**ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA**  
Procurador-Geral

Diário Eletrônico do TCE/AM,  
Edição Nº \_\_\_\_\_  
De \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_



TRIBUNAL DE CONTAS  
DIV. DE ACÓRDÃOS - DIRAC

Proc. Nº \_\_\_\_\_

Fls. Nº \_\_\_\_\_

**Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS**

Pág. 3

**ACÓRDÃO Nº 134/2015 – TCE –TRIBUNAL PLENO**